

ANC

Journal da tarde

A Constituinte

A bancada se inclinou para a esquerda, com 187 votos.

A bancada do PMDB na Câmara optou pela posição de centro esquerda, dando a maioria de votos ao candidato Luiz Henrique (SC), dos mais ligados a Ulysses Guimarães e Pimenta da Veiga. Vitorioso no primeiro turno, ontem, ele disputou sozinho a liderança do partido, com a desistência do deputado Milton Reis (moderado), recebendo ao final 187 votos. Foram registrados 19 votos em branco para uma bancada de 258 deputados.

Milton Reis pretendia concorrer no segundo turno com o apoio de João Hermann (SP), terceiro colocado na primeira votação. Os coordenadores do candidato paulista, porém, sentiram que não poderiam assumir compromisso com Milton Reis, pois a preferência dos demais era por Luiz Henrique, sem o acordo, Milton Reis retirou seu nome evitando nova derrota.

A votação do segundo turno estava marcada para as 9h30 de ontem, no auditório Nereu Ramos da Câmara. Pouco antes chegou ao local o deputado Milton Reis, comunicando ao líder Pimenta da Veiga sua desistência. Disse que iria preparar uma nota explicando sua decisão e o líder resolveu retardar o início da votação. Milton Reis, entretanto, só retornou duas horas depois, com uma nota amena, pessoal, de 11 linhas, considerando desnecessário submeter sua candidatura a um segundo julgamento. Foi sugerido a eleição por aclamação, mas Luiz Henrique recusou, defendendo nova votação.

Milton Reis decepcionou o líder do governo, Carlos Sant'Anna, e a muitos que confiaram na sua previsão, de que teria, pelo menos, 160 votos no primeiro turno. Só teve, 80 votos — mais de 20 a menos do que Luiz Henrique, que somou 103. Os que desejavam anteriormente a renúncia de Milton Reis, para apoiar Carlos Sant'Anna, comentaram que se ele tivesse sido mais realista o quadro seria outro.

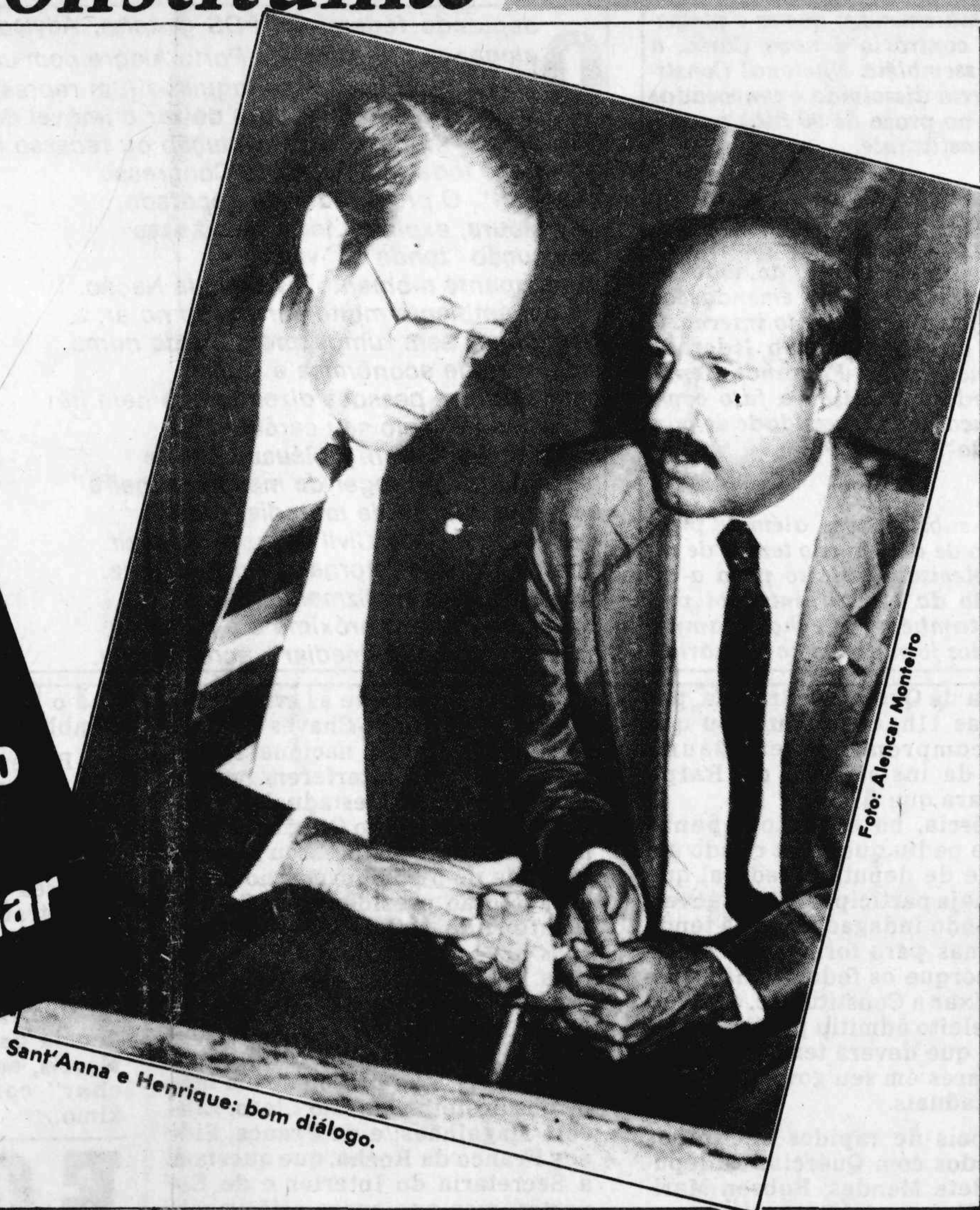
Antecedentes

Anteontem, à noite, foram realizadas várias reuniões de coordenadores das candidaturas Luiz Henrique, Milton Reis e João Hermann, inclusive fora do Congresso. Nas primeiras horas da manhã, Milton Reis e seus coordenadores tiveram a confirmação de que João Hermann iria apoiar Luiz Henrique, sob a alegação de que o deputado catarinense aceitara, de imediato, as propostas do grupo. Foram elas, entre outras, a defesa da soberania da Constituinte, a luta pela unidade do partido e a democratização da bancada, e o questionamento da política sócio-econômica do governo.

Deputados mineiros contaram que a demora na divulgação da nota do candidato desistente foi motivada principalmente pela necessidade de consultas, "até mesmo ao governador Newton Cardoso". Além disso, a bancada mineira não autorizou Milton Reis a incluir na nota referências à sua condição de candidato do PMDB regional. Com a mudança, Milton Reis disse na nota que foi candidato a líder do PMDB assumindo a responsabilidade "em conjunto com companheiros do partido de todo o País, que encamparam a nossa proposta".

Candidatura a líder não pode ser indi-

O NOVO LÍDER DO PMDB É Luiz Henrique, um neo-autêntico que sempre sonhou comandar a bancada.



Sant'Anna e Henrique: bom diálogo.

Foto: Alencar Monteiro

O deputado Luiz Henrique sempre sonhou com a liderança da bancada do PMDB na Câmara e essa realidade começou a ganhar forma quando o deputado Pimenta da Veiga, a quem é ligado por laços afetivos e políticos, comunicou que não tentaria a reeleição em dezembro do ano passado.

Do colegiado de vice-líderes de Pimenta da Veiga surgiram então dois candidatos com um perfil de centro-esquerda para a vaga: Luiz Henrique e Egídio Ferreira Lima. Entretanto, este último desistiu logo no início por discordar da acumulação da liderança da bancada com a do governo. Luiz Henrique não enxergou problema nenhum na duplicidade, embora tenha sido atropelado pelos fatos, que levaram o presidente José Sarney a indicar o deputado Carlos Sant'Anna para líder da maioria e do governo na Câmara.

Entre 75 e 77, Luiz Henrique formou entre os neo-autênticos do extinto MDB, ao lado de Alvaro Dias, Jader Barbalho, Odacyr Klein, João Gilberto, Jorge Wequed, Walmor de Luca e Adhe-

mar Santillo, entre outros. E foi a partir desse grupo, por exemplo, que o ex-deputado Odacyr Klein ganhou a liderança do partido. Eles também trabalharam para o deputado Pimenta da Veiga, quando este perdeu a eleição para o deputado Freitas Nobre, mas foram vitoriosos quando o parlamentar mineiro assumiu a liderança do PMDB na Câmara, em 1985.

O deputado Luiz Henrique, mesmo quando distanciou-se da Câmara para assumir a Prefeitura de Joinville, nunca deixou de manter contato com os remanescentes neo-autênticos e sempre demonstrou gosto pelas disputas em torno da liderança.

Os apoios

Em janeiro deste ano, a convite do deputado Ibsen Pinheiro, Luiz Henrique participou de uma reunião da bancada peemedebista em Porto Alegre, onde estava o governador eleito Pedro Simon, saindo dali com o compromisso fechado dos deputados. Então começou a viajar: compareceu à diplomação dos deputados no Ceará, foi ao Rio de Janeiro e a São Paulo.

No primeiro momento da candidatura, Luiz Henrique teve o apoio de Pimenta da Veiga mas, durante o recesso, o ex-líder deu uma recuada, em razão de problemas essencialmente mineiros. Em seguida, com o surgimento da candidatura Carlos Sant'Anna, Pimenta da Veiga ficou equidistante, e apenas quando o Planalto resolveu conduzir o problema de modo diferente voltou a marchar ao lado de Luiz Henrique, com o cuidado de manter uma acentuada discrição.

O presidente da Câmara, da Assembléia Nacional Constituinte e do PMDB, deputado Ulysses Guimarães, manteve a postura de não entrar em eleições divididas e literalmente ficou à margem da disputa. Contudo, quando se dirigia à cabine de votação, confidenciou ao deputado baiano Vilgildásio Sena que votaria no seu candidato sem no entanto pronunciar seu nome. O candidato do deputado baiano era Luiz Henrique.

Fora da Câmara, Luiz Henrique conseguiu muito apoio. Os governadores Jader Barbalho, do Pará, e Gonzaga Motta, do Ceará,

trabalharam suas bancadas. O vice-governador eleito de São Paulo Almino Afonso, os governadores eleitos do Rio Grande do Sul, Pedro Simon, do Espírito Santo, Max Mauro, do Mato Grosso do Sul, Marcelo Miranda, de Santa Catarina, Pedro Ivo, de Goiás, Henrique Santillo, também fizeram gestões nas bancadas de seus Estados em favor do líder eleito. O ministro Raphael de Almeida Magalhães colaborou, e, através do filho e deputado Henrique Eduardo Alves (RN), o ministro Aluizio Alves deu sua contribuição.

O Palácio do Planalto, logo após a bancada peemedebista na Câmara aprovar a moção do deputado Lélcio de Souza pela exclusividade dos trabalhos constituintes, preferiu não se expor e evitou a disputa. Mas, na semana passada, enviou representantes à Câmara para avaliar a situação e o resultado foi o seguinte: Luiz Henrique venceria e a candidatura Carlos Sant'Anna não tinha condições de prosperar. Isso pesou na opção pela liderança da maioria arranjada pelo presidente Sarney.

ção de bancada regional, mas decisão individual — disseram alguns deputados de Minas. Com a ressalva tentaram evitar que a derrota no primeiro turno e a desistência do segundo turno atingissem politicamente o governador eleito Newton Cardoso.

E o próprio Newton Cardoso admitiu, em Belo Horizonte, ter aconselhado Milton Reis a desistir da candidatura, pois, segundo disse, "ficaria muito chato para a bancada mineira do PMDB sofrer uma derrota como seria esta".

Milton Reis até que tentou ser o vitorioso. Ao deputado Wilson Campos (PE), por exemplo, ele insinuou que tinha o apoio do presidente Sarney. Ao deputado João Agripino Neto (PB), lembrou a aliança Minas-Paraíba, de 1930. O deputado paraibano, no entanto, recusando apolá-lo, respondeu: "Isso faz muito tempo. Eu nem tinha nascido".

O novo líder do PMDB na Câmara, deputado Luiz Henrique (SC), deixou claro, ontem, que não deve existir líder da maioria ou do PMDB na Constituinte. Ele defendeu a atuação dos líderes do partido na Câmara e no Senado junto à Assembléia Constituinte, "no trabalho de coordenação", acentuando: "Não deve funcionar o voto de liderança na Constituinte".

Na bancada do PMDB na Câmara, muitos acham que o líder no Senado, Fernando Henrique Cardoso, e o da Câmara, Luiz Henrique, poderão atuar como líderes do partido na Assembléia Constituinte, orientando, coordenando, principalmente na organização das comissões.

Outro problema que Luiz Henrique terá que enfrentar, desde logo, é o do relacionamento do PMDB com o PFL. Na sua opinião, a Aliança Democrática deve ser preservada, pois o governo é de coligação. Deixou claro, contudo, que a cada ataque do PFL ao PMDB haverá o troco imediato. O deputado Miro Teixeira, um dos coordenadores da candidatura vitoriosa, confirmou a disposição da bancada de não deixar sem resposta as críticas do PFL ao PMDB. "Se necessário, haverá dois, três discursos por dia" — observou.

O ex-líder Pimenta da Veiga também acha que a coligação deve ser preservada e evitados os ataques de um lado e de outro.

Funaro

O líder Luiz Henrique, logo após assumir o cargo, de Pimenta da Veiga, às 16h15 de ontem, informou à bancada que o ministro da Fazenda, Dílson Funaro, aceitou convite para debater com os deputados do PMDB o quadro sócio-econômico.

"O ministro Funaro não virá fazer uma exposição profissional da política econômica do governo. Nosso convite, já aceito, é para examinar alternativas, abrir caminho à integração governo-PMDB" — esclareceu o novo líder peemedebista.

Luiz Henrique revelou à bancada que recebera telefonema do ministro da Fazenda, antes da apuração, cumprimentando-o pela sua eleição.

No seu discurso, o novo líder prestou homenagens ao líder Pimenta da Veiga e elogiou a conduta dos ex-concorrentes Milton Reis e João Herman.

A favor da Aliança. Mas o PFL que se comporte.

A pretensão do senador Afonso Camargo (PR), de subir de terceira para a primeira vice-presidência nacional do PMDB, está enfrentando dois obstáculos: o influente senador José Richa retirou seu apoio e o diretor regional do Rio Grande do Sul quer indicar o substituto de Pedro Simon na 1ª vice.

Há três gaúchos cotados para a 1ª vice-presidência nacional do PMDB: deputado Jorge Wequed e ex-deputados João Gilberto e Odacyr Klein. Para a 2ª vice-presidência

o mais citado é o deputado Egídio Ferreira Lima (PE). A 1ª e a 2ª vice-presidências ficarão vagas, pois seus atuais ocupantes, Pedro Simon e Miguel Arraes, terão que renunciar, por força de dispositivo legal, ao assumirem os governos do Rio Grande do Sul e Pernambuco.

O assunto está despertando interesse dentro da expectativa de que, até 15 de março — posse dos governadores —, Ulysses Guimarães acabe concordando em pedir licença da presidência nacio-

PMDB A disputa pelo comando do partido



nal do PMDB pelos seus afazeres como presidente da Constituinte, da Câmara e de eventual substituto do presidente Sarney.

José Richa retirou seu apoio à pretensão de Afonso Camargo de conquistar a 1ª vice-presidência por discordar das declarações de seu companheiro de bancada, dando ultimato ao governo: "Ou o governo cumpre o programa do PMDB ou o PMDB rompe com o governo".

Apesar disso, o senador Afonso Camargo não pretende voltar atrás nas

críticas que fez à maneira como é conduzida a política econômica do governo, afirmando que "se for verdadeira a opinião do senador José Richa de que o 1º vice-presidente eventualmente não pode assumir posições radicais contra o governo, nesse caso, julgo que os membros do Diretório Nacional do PMDB não devem mesmo escolher-me para aquele cargo. O único direito do qual não posso abdicar é o direito de agir conforme minha consciência".

PDT Uma proposta: proibir os militares de falarem sobre Constituinte.

O deputado Lysâneas Maciel (PDT-RJ) propôs ontem, na Constituinte, que os dirigentes de instituições e unidades das Forças Armadas, inclusive ministros, fiquem proibidos de se manifestar publicamente sobre matérias sujeitas à deliberação da Assembléia Nacional. Ele sugeriu que a proibição seja baixada em forma de ato isolado da própria Constituinte ou que conste do regimento definitivo.

fora de propósito a sugestão de Lysâneas Maciel. Segundo ele, os militares já estão proibidos de se manifestar politicamente pelos seus próprios regulamentos disciplinares. Fernando Henrique Cardoso considerou que uma emenda dessas somente acirra e provoca o debate entre os militares, instigando-os.

Justificativa
Lysâneas Maciel lembra, em sua justificativa, que o ato convocatório da Constituinte definiu a Assembléia como livre e soberana, e recentes pronunciamentos de dirigentes das Forças Armadas pretendem manter um Congresso Constituinte supervisionado. Esta "supervisão", ostensiva ou não — afirma — tem impedido, nos últimos anos, a organização de uma sociedade democrática, e mantido um Congresso expurgado, com poderes limitados.

Constituinte sem povo não cria nada de novo. Este é o slogan que o PT utilizará na campanha de mobilização popular para pressionar a Assembléia Nacional Constituinte, que pretende deflagrar juntamente com o PCB, PC do B, PSB, setores do PMDB e do PDT, além de entidades representativas da sociedade civil, tais como a CNBB, ABI, CUT, CGT e UNE.

Na entrevista que concedeu ontem de manhã na sede do partido, na Vila Clementino, o secretário-geral do PT, deputado federal Olívio Dutra (RS), discorreu durante quase uma hora sobre essa campanha, que será discutida hoje, em Brasília, durante uma reunião da Executiva Nacional com a bancada federal petista. A reunião foi convocada com o objetivo de definir a estratégia

PT Uma campanha para articular a esquerda e pressionar

e as táticas que nortearão a atuação do partido na Constituinte.

O eixo básico da estratégia petista, explicou Olívio Dutra, será "a articulação das forças progressistas e de esquerda dentro e fora da Constituinte". Ele assegurou que o PT "não tem interesse nem ânimo de hegemonizar essas articulações". De acordo com a proposta do PT, a frente suprapartidária seria organizada com base em comitês pró-Constituinte formados por categorias profissionais, por sua vez aglutinados em tor-

no de conselhos municipais.

Com essa mobilização, o PT pretende compensar a posição minoritária das "forças progressistas e de esquerda" na Constituinte, acrescentou Olívio Dutra: "Nenhum ato coletivo, neste momento do País, pode ser desligado da Constituinte".

Na reunião de hoje em Brasília, o PT decidirá pedir ao presidente da Assembléia Nacional Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, a convocação de uma sessão especial para discutir a crise econômica. O secretário-geral admitiu que o debate de problemas conjunturais na Constituinte cria o risco da elaboração de uma Constituição conjuntural, mas disse que prefere esta hipótese à de um texto constitucional "que esteja num astral distante".